



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA**

CLAUDIA CAMILA DA SILVA SOUZA

**O MUSEU DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
PERNAMBUCANO: A FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS COLEÇÕES**

**RECIFE
2023**

CLAUDIA CAMILA DA SILVA SOUZA

**O MUSEU DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
PERNAMBUCANO: A FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS COLEÇÕES**

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro.

**RECIFE
2023**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Souza, Claudia Camila da Silva.

O Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano: a
formação das primeiras coleções / Claudia Camila da Silva Souza. - Recife, 2023.
39p

Orientador(a): Emanuela Sousa Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia -
Bacharelado, 2023.

Inclui referências.

1. Institutos históricos. 2. Museu. 3. Acervo. 4. História dos museus. 5.
Práticas museológicas. I. Ribeiro, Emanuela Sousa . (Orientação). II. Título.

700 CDD (22.ed.)

CLAUDIA CAMILA DA SILVA SOUZA

**O MUSEU DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
PERNAMBUCANO: A FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS COLEÇÕES**

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro
Universidade Federal de Pernambuco

Membro interno: Prof. Dr. Bruno Melo de Araújo
Universidade Federal de Pernambuco

Membro externo: Prof. Dra. Carolina Borges
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife, 15 de maio de 2023.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à professora Emanuela Ribeiro, por toda orientação, paciência e empatia durante toda a realização deste trabalho, seu incentivo foi fundamental para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Também sou grata à FACEPE pelo apoio financeiro através do PIBIC, o que possibilitou a realização desta pesquisa e minha conclusão no curso.

Agradeço aos amigos que a Museologia me trouxe, que tornaram essa jornada ainda mais rica e especial, amenizando os dias difíceis e tornando a universidade mais leve.

Aos professores do curso, que sempre estimularam aos alunos a saírem da zona de conforto, sendo necessário para a expansão dos meus conhecimentos.

E, por fim, agradeço à minha família, cujo amor, compreensão e apoio foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

“Sonhos não precisam ser grandes, você pode sonhar com o que quiser.”

GU RA-RA, Melodia de Esperança (2020)

RESUMO

O presente trabalho discute a concepção de um dos primeiros museus de Pernambuco, o Museu do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP, a fim de compreender o conceito de museu no Brasil no final do século XIX e a configuração deste conceito na formação dos primeiros museus e institutos históricos, tendo como principal objeto de estudo o IAHGP. Inicialmente o trabalho discorre sobre o processo de criação do Instituto prosseguindo com a análise das primeiras aquisições do Museu do IAHGP e como o acervo se caracterizava, tendo como aporte teórico o livro de George Souza (2010). Além disso, a pesquisa apresenta o contexto museal no Brasil no final do século XIX e a formação dos primeiros museus no Brasil, utilizando como referência os trabalhos de Andréa Considera (2015) e Lilia Schwarcz (1993). De mesmo modo, fez-se uso como suporte documental as revistas publicadas pelo Instituto, servindo como fontes primárias para análise de seu acervo. Dessa forma, foi possível identificar que as práticas museais do século XIX, influenciadas por uma visão eurocêntrica, marcaram a construção de uma identidade nacional ao passo que os museus se consolidaram como ferramentas de poder. Para tanto, concluiu-se que tais evidências apontam para a importância dos primeiros museus brasileiros, em especial o Museu do IAHGP, na preservação da história, cultura e biodiversidade do país, bem como suas influências políticas e sociais no período imperial. Também foi possível notar que evolução das práticas museológicas no Brasil, hoje voltadas para a educação e democratização do acesso, abre novos caminhos de pesquisa e reflexão na área da Museologia, evidenciando a complexidade e o potencial transformador dessas instituições.

Palavras-chave: Institutos históricos. Museu. Acervo. História dos museus. Práticas museológicas.

ABSTRACT

The present work discusses the conception of one of the first museums in Pernambuco, the Museum of the Historical and Geographical Institute of Pernambuco – IAHGP, in order to understand the concept of museum in Brazil at the end of the nineteenth century and the configuration of this concept in the formation of the first museums and historical institutes, having as main object of study the IAHGP. Initially, the work discusses the process of creation of the Institute, continuing with the analysis of the first acquisitions of the IAHGP Museum and how the collection was characterized, having as theoretical support the book by George Souza (2010). In addition, the research presents the museum context in Brazil at the end of the nineteenth century and the formation of the first museums in Brazil, using as reference the works of Andréa Considera (2015) and Lilia Schwarcz (1993). Likewise, the journals published by the Institute were used as documentary support, serving as primary sources for the analysis of its collection. In this way, it was possible to identify that the museum practices of the nineteenth century, influenced by a Eurocentric vision, marked the construction of a national identity while museums consolidated themselves as tools of power. To this end, it was concluded that such evidence points to the importance of the first Brazilian museums, especially the IAHGP Museum, in the preservation of the country's history, culture and biodiversity, as well as its political and social influences in the imperial period. It was also possible to note that the evolution of museological practices in Brazil, today focused on education and democratization of access, opens new paths of research and reflection in the area of Museology, evidencing the complexity and transformative potential of these institutions.

Keywords: Historical institutes. Museum. Collection. Museums's history. Museological practices.

LISTA DE ABREVIACES

FACEPE	Fundao de Amparo  Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IAGP	Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano
IAHGP	Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
RIAGP	Revista do Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano
RIAHGP	Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O CONTEXTO MUSEAL NO BRASIL.....	13
2.1. Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista: criação e práticas museais.....	17
3. A CRIAÇÃO DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO	24
4. O ACERVO DO IAHGP.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP, criado em 1862, caracteriza-se como uma instituição de fomento à pesquisa e à produção científica histórica, geográfica e cultural. É o instituto histórico regional mais antigo do país e nasceu sob a tríade: museu, arquivo e biblioteca. Aberto ao público em 1866, o museu surge na época de ascensão dos museus de história natural, e sendo o Museu Nacional, criado em 1818, a primeira instituição museal do país, serviu de inspiração para criação do IAHGP, assim como dos museus criados em meados do século XIX.

O interesse no tema proposto partiu da pesquisa realizada durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, de 2020 a 2021, apoiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE, ocasião em que foi realizada pesquisa sobre a coleção científica que integrava o acervo do IAHGP.

A partir da leitura bibliográfica sobre a formação do IAHGP, notou-se que desde o início a instituição havia o interesse em adquirir objetos para compor um Museu. Visando investigar quais eram os objetos, suas tipologias e a forma de aquisição o presente estudo debruçou-se em uma pesquisa nas publicações da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano – RIAHGP, disponíveis virtualmente no Atlas Digital¹ e no Domínio Público².

A partir disso, foi despertado o interesse em pesquisar sobre o contexto de criação do Museu do IAHGP, visto que foi o primeiro instituto regional e uma das primeiras instituições científicas e museológicas de Pernambuco.

As demais pesquisas sobre o IAHGP e sua relação com o contexto museal da época são escassas, pois, durante o período de pesquisa no PIBIC e no processo de construção do projeto desta monografia, foram realizadas pesquisas bibliográficas em repositórios científicos e os resultados apontaram para essa escassez de pesquisas sobre o IAHGP.

¹ Ver mais em: <http://lhs.unb.br/atlas/RIAHGP>

² Ver mais em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=27&skip=600&ds_titulo=&coautor=&noautor=&co_categoria=41&pagina=13&select_action=Submit&co_midia=2&coobra=&co_idioma=1&colunaOrdenar=null&ordem=null

Com isso, o presente trabalho buscou compreender o contexto museal em que surge o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e como este contexto reverberou no Museu do IAHGP.

Esta pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, em que foram analisadas as primeiras publicações da RIAHGP, bem como realizados consultas e levantamentos das primeiras aquisições para o Museu do IAHGP nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RIHGB, consulta no site institucional dos institutos³ e museus discutidos, além da revisão bibliográfica sobre o tema.

Para alcançar o objetivo pretendido, este trabalho está dividido em três capítulos, antecidos por esta introdução e sucedido pelas considerações finais.

O primeiro capítulo, intitulado “O contexto museal no Brasil”, aborda a discussão sobre o contexto museal no Brasil no século XIX. Para isso, utilizou-se as considerações das autoras Andrea Considera (2015) e Lilia Schwarcz (1993) acerca do campo museal no Brasil, uma vez que no século XIX, o contexto museal no Brasil estava em sua fase inicial de desenvolvimento.

Durante este período, a criação de museus e instituições culturais tinha como objetivo principal preservar e valorizar a história e a cultura do país. Uma das primeiras iniciativas museológicas no Brasil foi a criação do Museu Nacional, em 1818, pela família real portuguesa, que estava instalada no país desde a chegada de Dom João VI, em 1808. O Museu Nacional foi o primeiro museu do país e teve como objetivo principal a divulgação e a conservação da história natural e antropológica do Brasil.

Por este viés, neste capítulo são expostas as apresentações, realizadas pelas autoras, da trajetória da conceituação de museu ao longo do século XIX, partindo dos gabinetes de curiosidades, com as influências europeias na noção de museu no Brasil, e a criação das primeiras instituições museais sendo elas: Museu Nacional (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1862), o Museu Paulista (1894) e o Museu Paulista (1893), todos voltados à pesquisa etnográfica e às investigações científicas.

O segundo capítulo, nomeado “A Criação do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano”, apresenta a história do IAHGP, criado sob os moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

³ Ver mais em: <https://www.ihgb.org.br/revista-ihgb/>

O IAHGP é um dos primeiros institutos históricos regionais, e compromete-se a “[...] coletar, verificar e publicar os documentos, monumentos e tradições históricas que lhe for possível obter ou tiver notícia”. (RIAHGP, 1863, p. 26)

Além disso, a instituição desenvolvia pesquisas como estudos de objetos arqueológicos, produção de mapas, estudos geológicos, incentivo em viagens internacionais na busca de documentos e objetos para o instituto.

Por fim, o terceiro capítulo, chamado “O Acervo do IAHGP”, dedica-se a discutir as aquisições para o Museu do IAHGP em seus anos iniciais. A identificação dos objetos foi possível através da pesquisa na RIAHGP que são publicadas desde a criação do Instituto e apresentam em detalhes o processo de aquisição de objetos para o acervo, como documentos para o arquivo, livros para a biblioteca e as atividades desenvolvidas no Instituto. Essas aquisições eram geralmente feitas através de doações feitas pelos sócios do Instituto.

Observou-se que a tipologia do acervo constituído inicialmente assemelhava-se ao dos museus de história natural. Notou-se também que o IAHGP adquiriu doações de fósseis, minerais, rochas, achados arqueológicos, quadros, peças utilitárias e peças de artilharia.

Isto posto, é perceptível que a noção de museu caracterizada nas primeiras instituições mais antigas do Brasil é presente na trajetória de concepção do Museu do IAHGP. Não somente pela sua concepção, mas também em suas práticas museais, principalmente da aquisição dos objetos para o acervo do Museu, o que denota um marcador social e político por parte dos doadores e na relação com outras instituições museais.

2. O CONTEXTO MUSEAL NO BRASIL

Este capítulo se propõe a traçar uma breve trajetória do campo museal no Brasil, buscando compreender a noção de museu empregada no final do século XIX, época em que surgem os primeiros museus no Brasil, além de objetivar compreender o ambiente de criação e funcionamento do Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, criado em 1862.

O conceito de “museal” aqui empregado refere-se à definição apresentada por André Desvallées e François Mairesse (2013, p. 54), na obra “Conceitos-chave de Museologia”, sendo este: “(1) O adjetivo ‘museal’ serve para qualificar tudo aquilo que é relativo ao museu, fazendo a distinção entre outros domínios (por exemplo: ‘o mundo museal’ para designar o mundo dos museus)”. Além disso, pretende-se compreender tal noção tomando como referência as práticas museais das instituições mais antigas do Brasil, com recorte para o processo de criação desses museus.

Partindo dos primórdios a palavra “museu” tem origem na Grécia Antiga: “*Mouseion*”, e refere-se ao templo das nove musas, filhas de Zeus com a deusa da memória, *Mnemosine*. “Esses templos não se destinavam a reunir coleções para a fruição dos homens; eram locais reservados à contemplação e aos estudos científicos, literários e artísticos.” (Julião, 2006, p. 18)

No decorrer dos milênios a noção de museu foi adquirindo novos significados, de lugares de contemplação, de guarda do patrimônio e da memória a lugares de ciência.

A instituição atualmente considerada como o museu mais antigo do mundo é a Biblioteca de Alexandria, criada por Ptolomeu II, ano de 285 a.C., que reunia poetas, artistas e sábios além de possuir diversos espaços como salas de reunião, observatório, laboratório, jardins zoológico e botânico e biblioteca.

Durante a idade média o termo era pouco utilizado, ao longo das décadas, com o crescimento do colecionismo na Europa principalmente durante o século XV. Por volta do século XVI os gabinetes de curiosidades tornaram-se mais comuns. Espaços pertencentes à nobreza e intelectuais, os gabinetes de curiosidades possuíam coleções de História Natural oriundas de expedições.

Analisando como esses espaços eram concebidos percebe-se o grande interesse em pesquisas científicas, através das coleções de espécimes biológicos e amostras de produtos naturais, buscando uma nova metodologia de compreender o

mundo. Vale ressaltar que os gabinetes não eram abertos ao público, sendo restritos ao ciclo social dos detentores dessas coleções.

A existência de gabinetes de curiosidades no Brasil é percebida durante o Brasil holandês. Segundo o blog de museologia Metamuseu⁴, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Maurício de Nassau, governador da colônia holandesa no Nordeste nos anos de 1637 a 1643, foi um grande investidor e apreciador da coleta de espécimes da fauna e flora tropical.

Além deste, temos outro exemplo como a Casa de Pássaros, do Rio de Janeiro, que segundo alguns autores (Carvalho, 1988; Coelho de Sá, 2012) teria fornecido parte de seu acervo para a constituição do Museu Real, criado por D João VI em 1818. Contudo, Dantas (2019) ao analisar relatos de Ladislau Neto constata que parte do acervo da Casa de Pássaros se perdeu, por falta de tratamento, e parte seguiu para a Academia Real Militar.

Pode-se dizer que os gabinetes de curiosidades tiveram grande influência na noção de museu surgida no Brasil no século XIX, considerando que as coleções dos primeiros museus faziam parte de gabinetes de curiosidades, além de ter como uma de suas principais práticas a pesquisa científica através de suas coleções e sendo o século XIX marcado pela ascensão das ciências naturais.

A partir do trabalho de Andrea Considera (2015) sobre a trajetória dos museus e das práticas museais do Brasil no século XIX, nota-se que o estudo das ciências voltadas à História Natural era fortemente presente e característico dos primeiros museus do Brasil.

Antes de chegarmos neste modelo de museu, Considera (2015) traça uma trajetória dos museus no país, partindo dos gabinetes de curiosidades, espaços de guarda e exposição de objetos com inclinações para o exótico, raro e eclético, em grande parte oriundos de expedições científicas.

Um exemplo apontado pela autora como um dos gabinetes de curiosidades associado ao termo “museu”, é o Wormian Museum, criado pelo dinamarquês Olaus Wormius (1588-1654). Este foi um espaço onde desenvolveram-se pesquisas a partir de sua coleção, e através disto descobertas foram feitas.

⁴ Ver mais em: <https://metamuseuufmg.blogspot.com/2021/04/os-gabinetes-de-curiosidades-e-formacao.html>

Isto aponta para uma análise importante: esta prática de investigação não se pautava a fatos passados, mas procurava respostas rumo ao futuro.

Neste sentido, Lilia Schwarcz (1993), em sua análise do contexto museal no Brasil, qualifica o final do século XIX como a “era dos museus”, sendo este período marcado pelo surgimento de diversos museus etnográficos, caracterizados por processos de investigação científica influenciados por modelos evolucionistas, denotando uma estreita relação destes museus brasileiros com os demais criados na mesma época na Europa.

O primeiro museu do Brasil, o Museu Nacional, foi criado em 6 de junho de 1818, através de decreto assinado por D. João VI, sob a denominação de Museu Real com o objetivo de “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes” (Brasil, 1889, p. 60).

Ademais, o decreto pontuava que as coleções de gabinetes de curiosidades existentes fossem incorporadas ao museu a ser criado. O que justifica a diversidade tipológica do seu acervo, além de coleções de civilizações da antiguidade clássica, múmias e sarcófagos do Egito, sendo vários objetos doados pela família Real.

Sobre seu acervo, segundo o site institucional do Museu Real, hoje conhecido como Museu Nacional, inicialmente era composto de:

[...] instrumentos, máquinas e gabinetes dispersos em outras instituições, pela doação de objetos de arte e da Antiguidade pela família real, pelas coleções existentes na Casa dos Pássaros, pela coleção de mineralogia, conhecida como Coleção Werner, e por peças etnográficas provenientes das províncias do Brasil.⁵ (Museu Nacional, 2024)

O Museu Nacional começava a tentar traçar estratégias que pudessem atingir o objetivo de mostrar a diversidade natural do Brasil. Contudo, conforme analisa Myriam S. Santos (2002), em seus primeiros anos o Museu Nacional assemelhava-se bastante a museus europeus e suas práticas museais.

Aqui englobando todo o trabalho executado na instituição e principalmente a maneira como os objetos eram expostos, de certa forma não parecia atingir o objetivo pelo qual o museu foi criado, pois sua expografia além de apoiar-se em parâmetros evolucionistas, procurava inserir o Brasil num contexto da história mundial.

⁵ Ver mais em: <https://www.museunacional.ufrj.br/dir/acervo.html>

Ao longo do tempo, o museu desprendeuse dessas características semelhantes a museus europeus e voltou seu olhar e práticas para a constituição de coleções que mostrassem a diversidade de espécimes do Brasil.

Deste modo, Santos (2002, p.284) afirma: “O Museu Nacional, por volta de 1870, já se identificava com o rigor científico dos especialistas de história natural”.

Isto posto, um marco importante na reformulação das práticas adotadas pelo museu está ligado à gestão de Ladislau Netto, que se tornou diretor do Museu Nacional no período de 1874 a 1893. Destaca-se na sua gestão a criação do periódico “Archivos do Museu Nacional”, assim haveria uma ligação mais próxima entre a instituição científica e a população. Como destaca Schwarcz (1993):

Com um discurso solene, Ladislau Netto dava abertura à nova era do museu, assim como inaugurava sua revista. Esta, por sua vez, era sinônimo de nova postura científica da instituição e da entrada do MN nesse mundo dos museus, um círculo que dialogava muito entre si e principalmente por intermédio de suas publicações (Schwarcz, 1993. p.72).

O lançamento deste periódico revela o interesse e compromisso da instituição em divulgar e permitir o acesso por parte da população aos trabalhos executados no espaço.

Contudo, vale ressaltar que o museu não se desprende totalmente dos parâmetros evolucionistas, e partia de estudos que classificavam etnias e pessoas negras em categorias civilizatórias. O museu já se dedicava ao estudo das ciências naturais, assim a antropologia e etnografia, de forte teor evolucionista, estavam englobadas dentro desse campo.

O livro de tombos da seção de antropologia biológica do Museu Nacional tem em seu registro as seguintes categorias de esqueletos e crânios: “animais”, “seres humanos”, “indígenas brasileiros”, “negros”, “negros africanos”, “mestiços”, “estrangeiros” e “não identificados”. Esta classificação coloca indígenas, negros e mestiços em uma categoria à parte dos humanos. Observa-se ainda nesta classificação que “negros” são diferentes de “negros africanos” e que a categoria “mestiço”, que será consagrada após os anos 30 para indicar o amálgama de raças, já está presente. Por “estrangeiros” compreendem-se os esqueletos de negros e nativos de outras áreas e continentes. Enquanto teorias evolutivas separavam e hierarquizavam esqueletos de diferentes raças e culturas nos museus, teorias racistas exerciam grande influência sobre a elite intelectual e política do país em medidas que envolviam enorme poder de discriminação contra os não brancos. (Santos, 2000. p. 292)

Nesta perspectiva, Considera (2018, p 67) aponta que “assim, surgiu o campo museal brasileiro com algumas características bem específicas: museus promovidos e subordinados às instâncias governamentais, sendo diretamente mantidos por essas e incorporados à lógica da gestão pública.”

Ao longo dos anos, esse modelo de museu influenciou outras instituições, entre elas o Museu Emílio Goeldi, "[...] repetia-se não só o modelo de gestão governamental, como a própria estrutura científica, neste caso voltada especificamente para a biodiversidade amazônica" (Considera, 2018, p. 68).

Apesar de ter iniciado suas atividades em 1871, o Museu Paraense Emílio Goeldi começou a ser idealizado por Domingos Soares Ferreira Penna em 1866, período em que também foram idealizados o Museu Paranaense e o Museu Paulista.

2.1 Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista: criação e práticas museais

Os próximos parágrafos são dedicados à trajetória de criação desses museus e suas práticas museais objetivando a compreensão da noção de museu da época.

Em 1866, alguns intelectuais se reuniram com a intenção de criar uma instituição científica na região da floresta amazônica, em 6 de outubro surgiu a Associação Filomática do Pará, composta por Domingos Soares Ferreira Penna, Jonas Montenegro e Ladislau de Souza Mello.

Segundo Sanjad (2010), em julho de 1866 Ferreira Penna divulgou uma carta nos jornais convidando possíveis interessados a comparecerem numa reunião com a finalidade de criar uma "Sociedade Filomática"⁶. Ainda segundo o autor:

O debate inicial sobre o Museu Paraense tinha como pano de fundo o progresso econômico. Acreditava-se que a divulgação dos produtos naturais da província contribuiria para incentivar a agricultura e a diversificação das exportações. Um museu seria o lugar ideal para essa divulgação, pois poderia reunir em mostruários adequados ao estudo e atraentes aos visitantes, todos os vegetais, minerais e animais de interesse para o comércio e a indústria (Sanjad, 2010. p 274).

Ademais, o autor ao discorrer sobre os artigos que compunham o estatuto da sociedade, apresenta o que se percebe como as intenções de práticas museais a serem adotadas pelo museu.

A única publicação prevista nos estatutos era o catálogo do acervo, a ser impresso a cada três anos. Neste deveria constar, para cada objeto, "o nome da pessoa, que o tiver oferecido ao Museu e o do lugar de sua procedência e outros quaisquer esclarecimentos (art. 22)". (Sanjad, 2010. p 274).

Com o tempo a Associação transformava-se em um museu, Domingos Soares Ferreira Penna tomava a frente da instituição, sendo ele geógrafo, etnógrafo, jornalista

⁶ De acordo com o site dicio.com.br, "filomático" significa amigo das ciências.

e político. O objetivo da instituição seria o estudo da natureza amazônica, compreendendo toda sua flora e fauna. Em 1871 o museu passou a ser administrado pelo governo da província e com o tempo o museu foi perdendo estudiosos e sofrendo com falta de verbas e recursos.

Em 1893 o então governador Lauro Sodré tomou ciência da demissão de Emilio Goeldi, zoólogo suíço e ex naturalista do Museu Nacional, e o contratou como novo diretor do museu, dando posse a Goeldi no dia 9 de julho de 1893. Segundo Schwarcz (1993), Emílio Goeldi reorganizou o museu em diferentes seções sendo elas: zoologia, botânica, etnologia, arqueologia, geologia e mineralogia, implementou uma biblioteca especializada nas ciências naturais e antropologia, além de agregar jardins zoológicos e botânicos ao museu.

Dentre outras reformulações estava a missão do museu, citada por Sanjad (2010), definida como:

O Museu Paraense terá por fim o estudo, o desenvolvimento e a vulgarização da História Natural e Etnologia do Estado do Pará e da Amazônia em particular e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral [...]. (Regulamento..., 1894, p. 22) (Sanjad, 2010)

Além destes feitos, Goeldi trouxe diversos naturalistas europeus ao museu e elaborou duas revistas “Memória do Museu Paraense” e o “Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia”. O site do Museu Paraense Emílio Goeldi descreve a segunda revista em seis fases, sendo a primeira delas:

A primeira corresponde ao período 1894-1914, quando foram publicados oito volumes, sem periodicidade. Esses volumes divulgaram, sobretudo, a produção científica de uma fértil equipe de naturalistas, liderada pelo zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917) e pelo botânico suíço Jacques Huber (1864-1914). Nos seus vinte primeiros anos, o Boletim ganhou fama internacional por divulgar – em quantidade e qualidade sem precedentes – informações científicas sobre a Amazônia. (Museu Paraense, 2021)

O próximo museu a ser comentado será o Museu Paranaense, que seguindo a mesma ideia do Museu Paraense Emílio Goeldi, foi criado com o intuito de disseminar as riquezas regionais.

O Museu Paranaense não está presente na obra de Lilia Schwarcz (1993), mesmo sendo o terceiro museu a ser criado no Brasil, mas ele já é presente na discussão apresentada por Andrea Considera (2015) sobre os primeiros museus do

Brasil. Assim, procurando mais sobre a história deste museu através do site institucional⁷ temos um breve histórico de sua fundação:

O Museu Paranaense foi idealizado pelo desembargador Agostinho Ermelino de Leão e pelo médico José Cândido da Silva Murici. Nos idos de 1876, a instituição era formada pelo museu e por um jardim de aclimação e o objetivo de seus fundadores era difundir as riquezas naturais, históricas, agrícolas e industriais do vasto território da então Província do Paraná. (Museu Paraense, 2021)

Ricardo Carvalho Rodrigues publicou em 2019 um livro resultado de sua tese de doutorado, intitulada “Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade” onde analisa o contexto histórico de criação e trajetória do museu e do lugar da instituição no século XIX.

Neste livro podemos ter um melhor conhecimento acerca de grande parte da história do Museu Paranaense, contudo, como o recorte desta monografia contempla a trajetória de criação do museu nos ateremos a este período.

O Museu Paranaense surgiu como instituição privada e em 1882 foi transformado em instituição pública. No livro de Rodrigues (2019) há o regulamento onde mostra a organização do museu:

Artigo 2º Dividir-se-á em quatro seções: 1º De antropologia, zoologia e paleontologia animal 2º De botânica em geral e paleontologia vegetal 3º De mineralogia e geologia 4º De arqueologia, etnografia e numismática. (Dezenove de Dezembro (PR), 1883, ed. 69, p. 1). (Rodrigues, 2019. p. 136)

Apesar de originalmente seguir os moldes dos museu anteriores como inspiração para estruturação do museu, o Museu Paranaense especializou-se no seu comprometimento enquanto instituição museal, mesmo sendo o seu objetivo a coleta e estudo de objetos de história natural voltado para a região do Paraná, com o tempo incorporou objetos históricos e artísticos além aproximar-se bastante da população local, visto que no museu ocorreram, segundo Considera (2015) diversos eventos como bailes, festas e concertos.

O Museu Paranaense surgiu da intenção de fortalecer a presença da província no panorama nacional, tendo as exposições industriais e nacionais como cenário. Rodrigues (2019) destaca a notoriedade que o Paraná teve nas exposições onde as províncias mostravam os seus avanços industriais que poderiam fazer parte, caso tivessem sucesso, das exposições nacionais.

⁷Ver mais em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Noticia/Conheca-historia-do-MUPA-um-dos-museus-mais-antigos-e-importantes-do-Brasil#:~:text=Em%20uma%20das%20salas%20onde,ou%20institui%C3%A7%C3%B5es%20cient%C3%ADficas%20formalmente%20estabelecidas>.

A participação das províncias nessas exposições indica o início de uma nova prática a ser implementada nos museus, a expografia, que implica em selecionar quais objetos irão representar o museu a partir de como estarão apresentados.

É notório perceber que em sua trajetória o Museu Paranaense torna mais evidente o compromisso de intencionalmente salvaguardar objetos representativos para a memória histórica da província. Não que nos museus anteriormente citados isso não fosse percebido, mas no caso Museu Paranaense seu compromisso de incluir a população no processo de salvaguarda do acervo possibilita a seguinte discussão: o museu enquanto instituição com poder de determinar que objetos são relevantes para a história local, neste caso permite que a população contribua e participe ativamente da construção do acervo.

Esta reflexão é possível a partir do que discorre Considera (2015) acerca das aquisições do museu.

O que importava era muito mais o ato da doação – numa relação de troca de referenciais entre a província e os provincianos – do que o próprio objeto doado enquanto parte de uma coleção; neste sentido era o ato de doar ao museu que contribuía para a identidade e a unidade da província do Paraná. (Considera, 2015, p.115)

Não é informado qual o núcleo social que a população fazia parte, contudo, Rodrigues (2019) afirma que o incentivo a doação por parte da população indicava um fator de ascensão social.

A partir da inauguração da sede da Praça Zacarias, em 1876, os registros nos jornais da província foram inúmeros, mostrando as doações ao museu, sendo uma forma de promoção dos doadores como parte da elite paranaense. (Rodrigues, 2019, p. 188)

Assim, a participação dos provincianos na construção do acervo do museu, permite observar o forte poder político e social que recai nas instituições museais. Inicialmente, o acervo que continha por volta de 600 peças, hoje possui aproximadamente 500 mil itens.

O último museu a ser discutido é o Museu Paulista. Inaugurado em 1895, surge a partir de uma coleção particular doada pelo Coronel Sertório para o governo do estado de São Paulo e as coleções da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, ambas coleções de história natural.

Sendo Hermann Von Ihering seu primeiro diretor, carrega para si a missão de transformar este acervo do estado de São Paulo em um museu que, segundo

Considera (2018, p. 70) “era seu desafio pessoal fazer um museu melhor e mais moderno que o Museu Nacional”.

O cenário do qual surge o Museu Paulista é pós Proclamação da República. Considera (2015) afirma que este cenário proporcionou aos diretores de museus novas possibilidades em suas atividades institucionais – esse era o caso H. Von Ihering, que até pouco tempo era naturalista do Museu Nacional. Além disso Moraes (2008) aponta para alguns fatores importantes

Acreditamos que seja devido à conjunção de três fatores principais: um projeto da elite política e econômica de São Paulo, que viu na construção de um museu estadual uma nova forma de legitimar-se no cenário nacional, pois, na chamada Era dos Museus, um museu científico era importante elemento de modernização do estado. (Moraes, 2008, p.205)

A trajetória de criação do Museu Paulista é bastante peculiar, pois ele surge dentro de um monumento com forte teor histórico e político, mas visando ser um museu de história natural.

Recebeu Ihering o então monumento do Ipiranga, também conhecido como palácio Bezzi, para ali instalar aquele museu. Construído às margens do riacho Ipiranga para rememorar a independência do Brasil, o local e o edifício tinham forte apelo histórico e político. Mas a orientação – e desejo – recebida por Ihering era para estabelecer ali um museu de História Natural.” (Considera, 2015, p. 56)

Nos relatos de Ihering comentados por Rodrigues (2019), percebe-se a grande motivação por parte do naturalista em coletar objetos da história natural e tornar o Museu Paulista uma grande referência em espaço de investigação e produção científica. Dentre as ações que possibilitam atingir tal objetivo está o de criar acervo de pesquisa, sendo diferentes dos acervos de exposição com um espaço adequado a este acervo específico.

Também é possível perceber uma forte rivalidade pessoal entre Ihering e o Museu Nacional, provavelmente devido a sua desvinculação com a chegada da República. As Revistas do Museu Paulista, publicações semelhantes aos museus já comentados mostram, segundo Rodrigues (2019) a tipologia dos objetos recebidos que sem dúvidas caracterizavam-se como objetos da história natural.

Considera (2015) destaca o desafio encontrado por Ihering na direção do Museu Paulista, pelo fato das primeiras coleções serem advindas de coleções particulares necessitando tornar-se coleções científicas e que atingissem o objetivo da instituição em mostrar a diversidade do Brasil – objetivo muito próximo ao Museu no qual surgiu o Museu Nacional.

A autora destaca o modo de aquisição dos objetos em seus anos iniciais, que agregam muito a discussão desta pesquisa: em relatório publicado na Revista do Museu Paulista de 1897, Considera (2015) aponta as formas de aquisição mais comuns descritas sendo elas: doação, compras, coletas e permutas, além de receber objetos doados voluntariamente e publicados na Revista, assim como fazia o Museu Paranaense. Sobre o perfil destes doadores voluntários, a autora informa que se tratava de cientistas, colecionadores e pessoas relacionadas ao meio científico da época.

As permutas evidenciam um marcador de poder muito importante de ser observado. A autora afirma que as permutas eram muito comuns na aquisição de objetos com museus e instituições estrangeiras, a ida de um espécime nacional a um museu estrangeiro consequentemente insere e fortalece a presença do Museu no meio científico, além de permitir a ampliação do acervo bibliográfico do Museu com títulos que dificilmente poderiam de adquiridos através da compra.

O Museu Paulista mesmo dedicado à história natural e sendo seu acervo quase totalmente voltado a esta área do conhecimento, possuía objetos históricos como:

“09. Cadeira em que sentou Dom Pedro I na sua visita a Jundiá” ou “124. Bala com que foi ferido o general Argolo”; objetos simplesmente considerados antigos, incluindo todos os do período imperial e relativos à escravidão, como “34. Par de estribos antigos”, “38. Instrumento musical antigo”, “116. Relógio de prata antigo e histórico”, “195. Estribo de prata com as armas imperiais”, “77. Palmatória de fazenda”; objetos relacionados aos usos e costumes, do cotidiano das famílias, como “46. Roda de fiar” e “59. Anquinha (ou Tournure)”. (Considera, 2015, p. 127)

O caráter histórico do Museu Paulista é potencializado na virada do século e especificamente com a gestão de Affonso d'Escragnolle Taunay. Brefe (2003) destaca a importância da gestão de Taunay na reformulação do Museu Paulista.

Neste trecho, Affonso d'Escragnolle Taunay descreve de maneira sucinta suas realizações nos cinco primeiros anos à frente do Museu Paulista. Apesar de corresponderem a menos de um terço de sua gestão são de suma importância, pois neste curto período ele deu à vetusta instituição os principais contornos de um museu histórico, ou mais precisamente, de um “lugar de memória” nacional, pretendendo fixá-lo como lugar de origem da nação brasileira e, ao mesmo tempo, concedeu a São Paulo o ansiado destaque no cenário nacional. (BREFE, 2003, p. 79)

Para finalizar, Considera (2015) pontua as contribuições realizadas pelo Museu Paulista no cenário museal: “De fato, o Museu Paulista inaugurou, no século XX, o modelo de museu histórico que em muitas instituições museológicas vigora até os dias de hoje, com suas devidas modernizações”. (Considera, 2015, p 57)

A partir de todas as informações apresentadas anteriormente e a proposta de seguir a trajetória museal apresentada por Andrea Considera e contribuições de diversos autores nas produções acerca dos museus apresentados, talvez seja possível ter uma compreensão do contexto museal no Brasil no século XIX.

O modelo de museu surgido no Brasil não é especificamente brasileiro ou inovador, foi criado com influências europeias e ao longo dos anos precisou adaptar-se, em grande parte pela necessidade da qual os museus precisaram contemplar além do contexto histórico, social, político e cultural em que foram criados.

As práticas museais não eram metodologias definidas e padronizadas, percebem-se semelhanças na criação dos primeiros museus, o Museu Nacional enquanto primeiro museu do Brasil serviu de inspiração aos museus seguintes, tanto pela sua estruturação interna, que refletia nas práticas exercidas, quanto nos seus objetivos, enquanto instituição com perfil científico, que também é uma característica intrínseca a essas instituições, como afirma Rodrigues (2019):

Podem-se citar algumas características comuns na atuação desses museus, entre elas: o desenvolvimento de pesquisa nas suas áreas de atuação, a organização em seções para organização das pesquisas, acervos e exposições, as publicações promovidas com os resultados das pesquisas e as ações de educação para divulgação de seus acervos, todas caracterizando o perfil científico (Rodrigues, 2019, p.146).

A criação de veículos informativos, como as revistas, revela a necessidade e a preocupação por parte dos museus em registrar documentalmente sua rotina e divulgação para a população letrada, até como uma forma de justificar a necessidade da existência da instituição.

A trajetória museal Brasileira proposta pelas autoras Considera e Schwarcz permite não só somente a contextualização deste cenário museal, mas também esta pesquisa insere o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano nesta trajetória que propõe-se também em criar uma relação contextualizada entre o cenário museal no século XIX e a criação do Instituto bem como do seu museu.

3. A CRIAÇÃO DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO

“Financiados pelo imperador, ou pelos próprios sócios, os institutos caracterizam-se mais como sociedades da corte, especializados na produção de um saber de cunho oficial”. (Schwarcz, 1993, p. 100)

Falar da criação do Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico é falar da criação de uma instituição que foi concebida sob a tríade museu, arquivo e biblioteca, para compreendermos o processo de concepção do IAHGP é necessário apresentar e discorrer sobre a criação da instituição que serviu de inspiração ao IAHGP: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

A história do IHGB começa com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN, uma sociedade civil privada fundada em 1827, com o objetivo de fomentar a indústria nacional. Os membros dessa sociedade eram políticos e cientistas que desenvolveram pesquisas a fim pensar em incentivar o desenvolvimento econômico do país⁸:

Assim, no domingo de 21 de outubro de 1838, às onze da manhã reuniam-se 27 ilustres cavalheiros da sociedade local, na modesta sala do Museu Nacional com o fim de inaugurar um novo grêmio dedicado às letras históricas. (Schwarcz, 1993, p. 101)

Todos os objetivos acerca da criação do IHGB e como se deu sua atuação podem ser consultados na primeira edição da Revista do IHGB, uma publicação trimestral que, segundo o artigo 3º do Estatuto, tinha a tarefa de expor as atividades correntes do Instituto e contribuições de pesquisadores de diversas áreas.

Tendo sua fundação ocorrida em 18 de agosto de 1838 o principal objetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro consistia em:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir⁹, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil; e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcione esta despesa. (RIHGB, 1838, p. 18)

O artigo 2º do Estatuto assume como uma das bases do Instituto a correspondência com o Instituto Histórico de Paris e outras instituições estrangeiras, visando o compartilhamento de documentos relevantes para a História e Geografia do Brasil. Além disso, havia comissões dedicadas a cada área do conhecimento a qual o

⁸ Ver mais em: <https://www.IAHGP.com.br/historico.php>

⁹ Sinônimo de coletar.

IHGB se dedicava com seus respectivos diretores eleitos em assembleia, sendo elas: Comissão de História, Comissão de Geografia, Comissão de Fundos, Comissão de Estatutos, Redação da Revista, Arquivo e Biblioteca. Até então o Museu ainda não havia sido criado.

Os institutos históricos são organizações criadas com o objetivo de estudar e preservar a história de uma determinada região ou país. Essas instituições surgiram no século XIX, em um contexto de valorização do patrimônio histórico e cultural e de formação das identidades nacionais.

Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães (1988) os institutos históricos e a historiografia produzida por eles tinham influências europeias, cujos países centrais buscavam, através da formação de uma identidade pátria, consolidar o Estado Nacional. Esta intenção também se fez sentir no Brasil que em 1822 havia se separado politicamente da coroa portuguesa.

Nesta perspectiva, o lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permaneceu até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista. (Guimarães, 1988, p 1).

Schwarcz (1993) reforça esse argumento:

Além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria. (SCHWARCZ, 1993, p.102)

Ainda segundo a autora, o IHGB contribuiu para a projeção intelectual de seus sócios, além de ser um espaço de promoção pessoal. Esta afirmação parte de análise da hierarquia interna do Instituto, em que se nota que as posições mais altas eram ocupadas por políticos renomados e enquanto os sócios acadêmicos ocupavam cargos de secretários e oradores.

Vale ressaltar que o Instituto se mantinha em grande parte com recursos do imperador e dos sócios também, e que o cargo de presidente era exclusivo do imperador.

Dentre as práticas mais comuns do Instituto estavam aquelas que visavam cumprir seu objetivo de construir uma historiografia nacional sendo elas: “coleta de documentos, realização de concursos, promoção de congressos e organização de expedições pelo interior do país”. (Schwarcz, 1993, p. 108)

Assim como os museus já criados no país, o IHGB lançou seu periódico em 1839, um ano após sua fundação, que é publicado até hoje. O primeiro tomo da revista pode ser acessado virtualmente através do site do IHGB¹⁰, lendo a estrutura inicial da revista, somos apresentados a um breve texto que apresenta a proposta de criação do IHGB, sua estrutura interna e os sócios nomeados.

Anos depois, em 1851 foi criado o Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e seu objetivo era o mesmo do Instituto, definido no ato de sua criação.

Os objetos que constituem o núcleo original do museu são resultantes das expedições científicas como fragmentos humanos, minerais e animais, ruínas de monumentos, máscaras mortuárias e obras de arte, além de documentos provenientes de arquivos públicos e privados. (IHGB, 2023)

Além do museu, o IHGB atualmente é composto por biblioteca, mapoteca, pinacoteca e arquivo.

Agora que conhecemos a história do IHGB partiremos para o objeto de estudo desta pesquisa. Segundo o site institucional do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e a obra Souza (2010), em 28 de janeiro de 1862 foi fundado o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHPG, caracterizando-se como uma instituição de fomento à pesquisa e produção científica histórica, geográfica e cultural. É o instituto histórico regional mais antigo do país.

Em Pernambuco os primeiros indícios que levaram a criação do instituto regional surgiram com uma pergunta publicada no Diário de Pernambuco em 1837, em que um grupo de letrados se encontrariam para discutir e escrever sobre a história de Pernambuco.

Além deste fato, houve duas ocasiões em que se evidenciou publicamente a necessidade de coletar informações sobre a província pernambucana. A primeira delas data de 1859, quando D. Pedro II veio a Pernambuco e com interesse em saber mais sobre o período holandês no século XVII procurou informações sobre a localização de fortes e artilharia. Contudo, não obteve resposta, a população não sabia informar a localização desses monumentos.

A segunda ocasião foi a visita de Francisco Varnhagen, historiador do IHGB, a Olinda em que o interesse dele pelo edifício que abrigava o Curso Jurídico de Olinda o fez perceber que havia uma lápide de pedra que possuía uma inscrição atribuindo a André Vidal de Negreiros a obra de reedificação do antigo Palácio dos Governadores.

¹⁰ Ver mais em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>

O fato de a lápide ter sido retirada preocupou o historiador que acreditava que o objeto possuía grande valor histórico. Assim, Varnhagen enviou a inscrição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tais indícios acima apresentados são evidenciados na obra Souza (2010) e no site do IAHGP¹¹.

Alguns meses depois o Diário de Pernambuco (1861) publicou o editorial “Revista Diária” com o questionamento: “Teremos nós uma história propriamente nossa, propriamente pernambucana?”. A publicação responde à pergunta da seguinte forma:

Temo-la, sem dúvida. O que falta, porém, em grande parte, é fazê-la conhecer em suas fontes primitivas... Em tal caso, fora bem útil, é de suma conveniência a criação, nesta capital, de uma sociedade especial e unicamente destinada a promover o estudo das antiguidades, na parte que respeita à história da nossa província, propriamente dita. (Diário de Pernambuco, 1 de outubro de 1861)

A sugestão apresentada no editorial gerou resultado, cinco pessoas tomaram a iniciativa de criar a instituição, sendo Joaquim Pires Machado Portella, o líder da organização. Portella sabia que havia muitos documentos importantes sobre a história local que estavam se perdendo. Joaquim Portella e Salvador Henrique Machado enviaram convites para possíveis sócios.

Assim, em 22 de janeiro de 1862, em cerimônia realizada no salão do Convento do Carmo, o instituto foi fundado sob o nome de Sociedade Arqueológica Pernambucana. Com seus objetivos esclarecidos em seu estatuto: produzir conhecimento histórico na perspectiva pernambucana e desenvolver e promover estudos para tornar a história pernambucana mais integral.

O Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano tem por fim colligir, verificar o publicar os documentos, monumentos e tradições históricas que lhe for possível obter ou de que tiver notícia, pertencentes à história das províncias que formavam as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época do seu descobrimento até os nossos dias”. (RIAHGP, 1863, p 23)

O instituto fundado sob o nome de Sociedade Arqueológica Pernambucana, foi renomeado para Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Tal mudança é evidenciada na primeira publicação do periódico Revista do Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano, onde também está justificado o motivo da atribuição “arqueológico e geográfico”.

¹¹ Ver mais em: <https://arqueologico.com.br/museu.php>

O “Arqueológico” foi atribuído devido ao pensamento francês que considerava o termo como característico do conhecimento sobre o passado e antiguidades e geográfico referindo-se a tudo relacionado a esta ciência. Ademais, o termo “Pernambucano” foi cuidadosamente pensado para evidenciar o pertencimento da instituição ao povo pernambucano e não ao estado, como ficaria compreensível se o termo “de Pernambuco” fosse aplicado.

Os membros interessados em fazer parte do instituto teriam que ter conhecimento e presença nos âmbitos sociais e políticos de Pernambuco, além disso ser indicado por outro sócio. Schwarcz (1993) aponta para o perfil do quadro sócios do instituto composto por proprietários de terras e figuras importantes da elite local.

Radicalizaram-se, portanto, características já presentes no IHGB, mas que nesse caso apareceriam ainda mais explicitadas. Perpetuava-se uma espécie de sociedade de escolhidos, uma agremiação abastada que se incumbia de resgatar fatos e personagens da história local, para por meio deles, retificar a imagem das elites agrárias. (Schwarcz, 1993, p. 119)

Desde sua criação o IAHGP já determinava como um de seus trabalhos a publicação da produção científica executada na instituição. A Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (RIAHGP), inicialmente pensada para ser publicada trimestralmente, dedicava-se a publicar especificamente: atas, artigos, trabalhos de história, memórias dos membros, entre outros trabalhos.

Sendo fundado sob a tríade Museu, Arquivo, Biblioteca, os trabalhos desenvolvidos no Instituto de certa forma criaram a necessidade desses espaços. Já que sua missão contemplava a coleta, diversas expedições eram incentivadas, como também aceitavam doações de documentos, objetos e livros. Por volta de 1866 o IAHGP já era reconhecido como guardião da memória local.

O Arquivo do IAHGP contém uma infinidade de documentos recebidos oriundos de instituições públicas, documentos da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais copiados por José Hygino Duarte Pereira em uma missão, algo muito comum no IAHGP onde enviava-se pessoas a arquivos e biblioteca estrangeiras na busca de documentos relevantes a história Pernambucana.

Além disso, segundo o site do IAHGP o Arquivo contém uma série de documentos administrativos, políticos, e culturais do século XVI ao XX, processos oriundos do Tribunal de Justiça de Pernambuco do XVII ao século XX, entre outras documentações recebidas.

A Biblioteca contém publicações de diversas áreas do conhecimento como História, Sociologia, Geografia, Arte, Arqueologia, Política e outras áreas. As publicações da RIAHGP também fazem parte da biblioteca, assim como as publicações da RIHGB. “O acervo documental e bibliográfico do IAHGP é um dos mais representativos das regiões Norte e Nordeste do Brasil, contando com cerca de 700 metros lineares de documentos e 850 metros lineares de livros e periódicos”. (IAHGP, 2023)¹²

Desde a sua criação, o instituto tem desenvolvido práticas museais importantes para a valorização do patrimônio histórico e cultural do estado. Dentre as práticas museais do IAHGP está a criação de um acervo de objetos, documentos e obras de arte relacionados à história de Pernambuco. Esse acervo é utilizado para exposições e pesquisas, além de ser uma importante fonte de informação para estudantes, pesquisadores e interessados na história da região.

Em suma, as práticas museais do IAHGP têm contribuído significativamente para a valorização e preservação da história e da cultura de Pernambuco, além de promover o acesso e a difusão do conhecimento sobre a região para a sociedade em geral.

¹² Ver mais em: <https://arqueologico.com.br/biblioteca.php>

4. O ACERVO DO IAHGP

O Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano foi criado em 1862 e aberto ao público em 1866. Como já comentado anteriormente, a história do Museu do IAHGP é ao mesmo tempo a história do Instituto. Debruçada na construção de historiografia regional, o IAHGP em suas práticas institucionais adquire objetos para o Museu, documentos para o Arquivo e dedica-se às publicações da RIAHGP pela Biblioteca.

O Museu do IAHGP surge numa década marcada por mudanças museológicas onde diversos museus começam a ser criados, dentre eles é mencionado o Museu do IAHGP corroborando a discussão proposta nesta pesquisa. Conforme Chagas (2009):

De qualquer modo, o panorama museal brasileiro só passou por maiores transformações a partir da década de 1860, marcada pela criação das seguintes instituições: Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, em 1862; Sociedade Filomática, em 1866, que deu origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi, o qual desempenharia um papel de relevo no panorama científico e cultural brasileiro dos séculos XIX e XX; Museu Militar do Arsenal de Guerra, em 1865; e o Museu Naval, em 1870. (Chagas, 2009, p. 69)

Através de pesquisa realizada nas primeiras edições da RIAHGP, foi possível identificar as aquisições ao Museu. Devido ao grande número de edições e quantidade de páginas, foram utilizadas as palavras-chave “museu” e “museo” a fim otimizar a pesquisa.

A primeira aquisição ao museu foi encontrada na revista do ano de 1865 e seguindo as edições disponíveis foi realizado um levantamento dessas primeiras aquisições, que resultou na identificação de aquisições dos anos de 1865 a 1890 como pode-se observar na tabela abaixo.

Tabela 1: Primeiras aquisições para o Museu do IAHGP

Revista	Objeto	Doador
RIAHGP, n.9, Terceiro ano, Tomo 1º, 1865	Lápide que estava na fachada do antigo palácio dos Governadores em Olinda.	Dr. Machado Portella por parte do Sr. Major Gustavo José do Rego
RIAHGP, n.9, Terceiro ano, Tomo 1º, 1865	“Uma espada de forma singular denotando bastante antiguidade, a qual foi desenterrada a margem do	Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo.

	rio das Velhas na província de Minas;”	
RIAHGP, n.9, Terceiro ano, Tomo 1º, 1865	Osso petrificado.	Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo.
RIAHGP, n.32, Abr. 1887	Ossos fósseis de um animal gigantesco, descoberto em Campina Grande.	Dr. Irineu Joffily
RIAHGP, n.35, 1888	Mostras de ferro, fragmentos de cristal de rocha e diferentes machados e cunhas de sílex.	Dr. Irineu Joffily
RIAHGP, n.35, 1888	“Um prato de 200 anos com pinturas da India”	Dr. Maciel Pinheiro
RIAHGP, n.35, 1888	Um ramo de coral (Itália) Um chifre de rinoceronte Um pedaço de amianto do Rio Grande do Norte Um pedaço de âmbar de Pernambuco Um tembetá de pedra verde e um caracol em estado fóssil (Olinda)	Sr. Thomaz Carneiro
RIAHGP, n.35, 1888	“ Peça de artilharia fabricada na Holanda pouco antes da invasão holandesa no Brasil , que estava no Arsenal de Marinha.”	José Manoel Picanço da Costa
RIAHGP, n.35, 1888	“Um quadro representando uma das batalhas dos Guararapes”	José Manoel Picanço da Costa

RIAHGP, n.35, 1888	Crânio na capela do Pilar em Itamaracá, possivelmente do vigário Pedro de Souza Tenório.	
RIAHGP, n.35, 1888	Machados de pedra do período neolítico, diversas armas, vestes e ornatos dos índios Wapcs, Mundurucus, Coroados, Solimões, Jumas, Tucanos e outros objetos.	Dr. Ladislau Netto
RIAHGP, n.35, 1888	Bloco de pedra de forma oval considerado um suposto meteorito.	Sr. José Leandro da Silva Barroca
RIAHGP, n.35, 1888	Ossos de um mamífero 'colossal'	Dr. Irineu Joffily
RIAHGP, n.35, 1888	“um kanitar, espécie de capacete de penas amarelas ou vermelhas de que usavam os Índios”	Major Cintra
RIAHGP, n.35, 1888	uma medalha do cobre, comemorativa da lei de 13 de maio	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIAHGP, n.35, 1888	Relatório sobre a remoção do meteorito de Bendegó do sertão da Bahia para o Museu Nacional.	Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro
RIAHGP, n.36, Jan 1890	Maxilar fóssil do Megatherium	Dr. Irineu Joffily

Fonte: A autora, a partir das Revistas do IAHGP, 2023.

Algumas observações pertinentes devem ser comentadas a partir deste levantamento. Inicialmente, o IAHGP assim como o Museu, surgiu dedicado à história Pernambucana, assim, espera-se que seja um museu histórico.

Contudo, observando os objetos incorporados ao museu em seus primeiros anos - que consistiam em espadas, fósseis, chifres de animais, amostras geológicas, quadros, peças utilitárias, medalhas e moedas - esta tipologia de acervo aproxima-se

mais dos acervos dos museus de história natural da época que propriamente um museu histórico.

Na mesma direção segue a interpretação de Considera (2015), olhando para os outros museus do período.

Com relação à formação dos acervos que compuseram as primeiras coleções museais brasileiras, podemos dizer que as raízes dos museus históricos, que iriam predominar a partir da década de 1920, cresceram engendradas nos museus de história natural. (Considera, 2015, p. 253)

Esta observação é reforçada em um artigo publicado na RIAHGP em 1984.

É certo, porém, que embora de uma associação voltada para os estudos históricos, foram-lhe oferecidos objetos que estariam melhor em outro museu, como o de história natural que Brunet¹³ começou a organizar no Ginásio Pernambucano em 1860. Entretanto, os museus de então deveriam recolher as "curiosidades" e "raridades" que eram como uma das funções principais dos museus desde os do Renascimento. (RIAHGP, 1984)

Neste mesmo artigo que trata do roteiro de visita às exposições do museu, é comentada a dificuldade de identificação das peças pelo registro, tanto em relação à doação quanto à procedência.

Manuel Pinheiro ofereceu (14. IV. 1887) "um prato de 200 anos com pintura da Índia"; o Ten. Cel. Manuel de Carvalho Soares Brandão ofertou (9. VI. 1887) "um prato antigo" e, na mesma ocasião, José Joaquim Alves de Albuquerque doou "dois pratos de data remota". (RIAHGP, 1984)

Além deste exemplo vários outros casos podem ser observados no levantamento feito, em que se observou que as aquisições descritas na RIAHGP eram curtas e objetivas e não eram descritos detalhes sobre a aquisição, é apenas mencionado o objeto doado e o doador. Acredita-se que outros problemas podem ter surgido no trabalho de documentação de acervo, para além da identificação, mas também na quantificação de objetos doados.

O modo de aquisição dos objetos era em grande parte através de doação dos sócios do Instituto, aristocratas ou militares. Nota-se que alguns dos doadores eram figuras renomadas da sociedade pernambucana e até de outras regiões, além disso, as doações evidenciam uma forma de prestígio por parte do doador e do museu que recebe - vale mencionar aqui o caso dos objetos doados pela população ao Museu Paranaense, firmando assim boas relações políticas.

¹³ O museu a que se refere o autor é o atual Museu Louis Jacques Brunet, ainda hoje existente na sua instituição de origem, o Ginásio Pernambucano (escola pública estadual). Maiores informações sobre este Museu podem ser encontradas em GONZALES, 2022 (Disponível on-line em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/romulo_jose_benito_freitas_gonzales.pdf, acesso em 13 de maio de 2023).

Exemplificando a doação de objetos etnográficos e mineralógicos por Ladislau Neto ao Museu do IAHGP, também é importante fazer referência à troca de doações entre o IAHGB e o IAHGP. Esta prática de troca de objetos entre museus e doações por cientistas de outras instituições já era percebida no Museu Nacional, em que Santos (2022, p. 288) afirma que havia certos conflitos em que um dos diretores, Frei Custódio Alves Serrão, expunha as dificuldades em manter coleções no Brasil e “explicita um jogo de poder entre nações na constituição destas coleções”.

Essas reflexões a partir do levantamento do acervo adquirido nos primeiros anos do IAHGP reforçam a importância de inserção do Museu do IAHGP na trajetória do contexto museal do Brasil no século XIX e as suas semelhanças com outras instituições criadas no período. Percebe-se que, mesmo que de maneira informal, a noção de museu do final do século XIX seguia parâmetros sociais, políticos e econômicos que influenciaram nas práticas museais das instituições.

Ao longo dos anos, o IAHGP tornou-se referência em atuar como lugar de preservação dos vestígios do passado pernambucano e da produção de conhecimento histórico. Mesmo enfrentando problemas de financiamento e mudanças da sede, o IAHGP sempre procurava ampliar seu acervo documental e museológico visando a guarda de objetos e produção de conhecimento.

Alguns sócios perceberam que para atingir os objetivos da instituição seria necessária a identificação, coleta e preservação de acervos documentais, assim, o Instituto incentivou muitos de seus sócios a realizar viagens a museus europeus na busca de cópias de cartas, documentos, livros e quadros que pudessem contribuir para a construção e preservação da história local. Além disso, solicitaram ajuda do público letrado do Recife na busca de tais documentos.

Atualmente o acervo do museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, estimado em 2.500 objetos, é composto por peças de mobiliário, coleção de objetos decorativos, armas brancas de fogo, utensílios, telas e quadros de figuras importantes da história de Pernambuco, painéis como da Batalha dos Guararapes, aparelhos de jantar, vestuário e documentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o século XIX, os museus brasileiros passaram por um processo de formação e consolidação. No início do período, a criação de instituições museológicas estava associada a interesses científicos e à necessidade de conhecer e catalogar a fauna, a flora e os minerais do país, em um movimento que se alinhava com o desenvolvimento científico da época, “o século XIX é o século da consolidação das ciências da natureza”. (Santos, 2022, p. 284)

Ao analisar a relação entre os primeiros museus do Brasil e o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, podemos observar algumas semelhanças e diferenças importantes.

Por um lado, tanto os primeiros museus do Brasil quanto o Museu do IAHGP foram criados no século XIX e tinham como objetivo a preservação e exposição de objetos históricos e culturais. Além disso, esses museus foram criados por pessoas que tinham interesse em destacar a história e a cultura do país, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma identidade nacional.

Por outro lado, existem diferenças significativas entre esses museus. Enquanto os primeiros museus do Brasil foram criados em diferentes regiões do país, com características e objetivos próprios, o Museu do IAHGP nasceu com o objetivo de preservar a história e a cultura de Pernambuco. Além disso, o Museu do Instituto tinha uma forte ligação com o Instituto em si, que realizava estudos e pesquisas sobre a história e a geografia pernambucana.

Tendo isto em vista, as práticas museais do século XIX refletiam uma mentalidade eurocêntrica e colonialista que se traduzia na aquisição de objetos exóticos e na exibição de espécimes de povos indígenas e animais taxidermizados. Ademais, os museus também eram utilizados como instrumentos de propaganda política, especialmente durante o período imperial, quando o Museu Nacional foi criado com o objetivo de valorizar a fauna, a flora e a história do país, bem como destacar a própria Família Imperial.

O Museu Nacional, criado em suma para valorizar a biodiversidade da nação, e como pano de fundo para marcar o estabelecimento da Família Real no Brasil, serviu de modelo para a criação dos museus seguintes: o Museu do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano fundado sob os moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com práticas museais que permeavam interesses sociais e políticos; o

Museu Paraense Emílio Goeldi, que apesar de fases conturbadas tornou-se referência no campo científico da biodiversidade Amazônica.

Em resumo, os museus nacionais brasileiros tinham em comum a missão de preservar e difundir a história, cultura e biodiversidade do país, mantendo relações e parcerias entre si com intuito de promover a troca de conhecimento e experiências entre os profissionais da área, mas também estreitar relações políticas.

Com o tempo, as práticas museais foram se transformando, e os museus passaram a ter uma função mais educativa, voltada para o público em geral. Hoje em dia, os museus brasileiros são instituições dinâmicas e diversificadas, que buscam democratizar o acesso à cultura e à informação, bem como preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural do país.

Mesmo trazendo discussões já acentuadas por diversos autores do campo histórico e museal sobre a criação dos museus no Brasil no século XIX, esta pesquisa propôs uma nova perspectiva onde inseriu o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano neste contexto e evidenciou suas fortes semelhanças na noção de museu percebida na época, e também como as práticas museais se relacionam.

Esta pesquisa conduz novas discussões sobre este tema, como a musealização das coleções dos primeiros museus brasileiros e institutos históricos, evidenciando os mecanismos internos pelos quais se consolidou a figura do museu como uma ferramenta de poder econômico, social, político e cultural.

De mesmo modo, a análise da relação entre os primeiros museus do Brasil e o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano apresentada neste trabalho possibilita novas discussões em diferentes áreas da Museologia, como a Documentação Museológica, a Musealização e a Política de Aquisição e Descarte de Acervos.

Por fim, o trabalho mostra que a história dos museus brasileiros é rica e complexa, mas ainda há muito a ser explorado e descoberto nesse campo. A Museologia é uma área em constante evolução e a análise da relação entre os primeiros museus do Brasil e o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano pode abrir novos caminhos de pesquisa e reflexão para os profissionais e estudiosos da área.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, JM de; DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. Casa dos pássaros, precursor de um museu de História Natural ou apenas local de preparação de material zoológico a ser enviado para Portugal. **Scienti-arum história IX**, v. 9, 2016.
- BRASIL. **Decreto de 6 de junho de 1818**. Cria um museu nesta Corte, e manda que ele seja estabelecido em um prédio do Campo de Santana que manda comprar e incorporar aos próprios da Coroa. Coleção das leis do Brasil, Rio de Janeiro, p. 60-61, 1889. Disponível em: <https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/8-olimpiada/documentos/documento/46> Acesso em: 19 fev. 2023.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 10, p. 79-103, 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-47142003000100006>. Acesso em 8 mai 2023.
- CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.
- CONSIDERA, Andréa Fernandes. **Os museus e os primórdios da museologia brasileira no século XIX**. In: MAGALDI, Monique B.; BRITO, Clóvis Carvalho (Org.). *Museus e museologia: desafios de um campo interdisciplinar*. Brasília: FCI-UnB, 2018. p. 61-72.
- CONSIDERA, Andréa Fernandes. **Uma História dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense, e Museu Paulista**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.
- DANTAS, Regina Maria Macedo Costa et al. **Casa dos Pássaros, precursor de um Museu de História Natural ou apenas local de preparação de material zoológico a ser enviado para Portugal. Interdisciplinaridade em Revista**, v. 1, n. 3, p. 8-8, 2019.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1 de outubro de 1861. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 25 abr 2023.
- GONZALES, Rômulo J. B.. **A musealização de coleções de ensino no século XIX: o caso do Ginásio Pernambucano**. Rio de Janeiro, 2022. Tese de doutorado em Museologia (UNIRIO/MAST), disponível on-line em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/romulo_jose_benito_freitas_gonzales.pdf . Acesso em 13 de maio de 2023
- JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a história do museu. Caderno de diretrizes museológicas**, v. 1, n. 2, 2006.
- MORAES, F. R. de. **Uma coleção de história em um museu de ciências naturais: o Museu Paulista de Hermann von Ihering**. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 203-233, 2008. DOI: 10.1590/S0101-

47142008000100006. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5490>. Acesso em: 8 maio. 2023.

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. n.35, 1888. Disponível em
<https://archive.org/details/revistadoinstit49unkngoog/page/n6/mode/2up> Acesso em 08 mai 2023.

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. n.32, Abr. 1887. Disponível em
<https://archive.org/details/revistadoinstit03perngoog/page/n6/mode/2up> Acesso em 08 mai 2023.

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. n.36, Jan 1890. Disponível em
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&c_o_obra=41416 Acesso em 08 mai 2023.

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. n.9, Terceiro ano, Tomo 1º, 1865. Disponível em
<https://archive.org/details/revistadoinstit00perngoog/page/n4/mode/2up> Acesso em 08 mai 2023.

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Recife, v.57, 1984. Disponível em
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&c_o_obra=41704 Acesso em 08 mai 2023.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo I, 1839. Disponível em
<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147> Acesso em 10 abr 2023.

RODRIGUES, Ricardo Carvalho et al. **Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade.** 2018. Disponível em
https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/museu_paranaense_ricardo_carvalho_rodrigues.pdf. Acesso em 05 de abr 2023.

SANJAD, Nelson. A Coruja de Minerva. **O Museu Paraense entre o Império e a República (1866- 1907).** Brasília: Ibram, 2010. Disponível em
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6144> Acesso em 25 mar 2023.

SANTOS, M. S. . (2022). **OS MUSEUS BRASILEIROS E A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO NACIONAL.** *Sociedade E Estado*, 15(02), 271–302. Recuperado de
<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44599>

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 66-133, 1993.

SOUZA, George Félix Cabral de. **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada.** Recife: IAHGP, 2010.

SUANO, Marlene. **Que é museu**. 1985. Disponível em <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17542/material/suano-marlene-o-que-c3a9-museu.pdf>. Acesso em 25 abr de 2023.